



SEMINÁRIO
EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA:
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA
7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO
Evento híbrido | Gratuito

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E TERRITÓRIO EDUCADOR:
UMA EXPERIÊNCIA NO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO DE
DAVINÓPOLIS/MA**

Flávio da silva costa¹

GT indicado: Educação em Direitos Humanos e Diversidades na Amazônia.

RESUMO: A Educação em Direitos Humanos constitui um importante instrumento para a formação cidadã e para o fortalecimento de práticas democráticas no espaço escolar e comunitário. Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta uma proposta de ação educativa desenvolvida a partir da compreensão do território como espaço de aprendizagem, vivência social e construção de saberes. A experiência foi pensada para o Centro Integrado de Educação de Davinópolis (CIED), localizado no município de Davinópolis, Maranhão, considerando as potencialidades e desafios existentes na comunidade escolar. Observou-se que o território dispõe de diferentes espaços formativos, como escola, feiras, igrejas, áreas comunitárias e relações cotidianas entre moradores, os quais contribuem para a formação humana e social dos estudantes. Contudo, também foram identificados problemas relacionados à desigualdade social, descarte inadequado de resíduos, precariedade no saneamento básico e situações de preconceito, evidenciando violações de direitos no cotidiano. Diante desse contexto, propôs-se o projeto “Nosso Território, Nossos Direitos”, organizado em três etapas: roda

¹ Flávio da Silva Costa. Cursista do Curso Educação em Direitos Humanos, Mídia e Educação Integral. Atua na rede pública de ensino. E-mail: fhaviocosttha@gmail.com

de conversa sobre direitos humanos; mapeamento participativo da comunidade; e campanha educativa de conscientização. A proposta busca estimular nos estudantes o senso crítico, o pertencimento comunitário, o respeito às diferenças e a participação social. Como resultado esperado, pretende-se fortalecer a cultura dos direitos humanos no ambiente escolar, ampliar o olhar dos alunos sobre a realidade local e incentivar ações transformadoras voltadas para a melhoria da comunidade. Conclui-se que a articulação entre escola e território amplia as possibilidades educativas e reafirma o papel social da educação na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Território Educador. Cidadania. Escola. Participação Social.

1. INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos configura-se como um processo formativo permanente que visa consolidar valores de dignidade, justiça social e democracia. De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, essa prática busca formar sujeitos aptos a reconhecer seus direitos e a atuar coletivamente na construção de uma cultura de paz e valorização da diversidade. Nesse sentido, a escola transcende a mera transmissão de conteúdos, assumindo a responsabilidade ética e política de formar cidadãos críticos e solidários.

A eficácia desse modelo educativo amplia-se ao integrar o conceito de território educador, que reconhece a cidade e os espaços comunitários como ambientes legítimos de produção de saberes. Fundamentada na perspectiva freiriana, essa abordagem defende que o aprendizado deve dialogar com a realidade concreta dos estudantes, transformando vivências cotidianas e movimentos sociais em ferramentas de exercício da cidadania. Tal visão alinha-se à Agenda 2030 da ONU, especificamente ao ODS 4, que promove a educação inclusiva e o desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento dos vínculos entre escola e sociedade.

Nesse contexto, o trabalho propõe uma intervenção pedagógica no Centro Integrado de Educação de Davinópolis (CIED), no Maranhão, com o objetivo de estreitar a relação entre a instituição e seu entorno. A iniciativa busca incentivar o protagonismo discente e o senso de pertencimento, utilizando o território local como um laboratório vivo para a aprendizagem. Ao integrar a escola à comunidade, o projeto visa capacitar os estudantes para a identificação e a construção coletiva de soluções voltadas aos desafios sociais e humanos de sua própria realidade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação em Direitos Humanos (EDH) ancora-se em marcos normativos nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, que a definem como um pilar essencial para a dignidade humana, a justiça social e o fortalecimento da democracia. No cenário brasileiro, diretrizes como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e a BNCC orientam que essa temática deve perpassar de forma transversal o currículo e a gestão escolar, promovendo processos formativos que integrem o conhecimento científico ao compromisso ético e ao respeito à diversidade.

Complementarmente, a articulação da EDH com o conceito de território educador amplia o processo de ensino-aprendizagem para além dos muros escolares, reconhecendo os espaços públicos e as relações comunitárias como agentes de formação humana. Segundo essa perspectiva, a integração entre escola e comunidade permite o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas que valorizam os saberes locais e a consciência crítica. Assim, ao considerar o território como um campo de experiências significativas, a educação cumpre sua função social de formar sujeitos emancipados e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3. METODOLOGIA / DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O projeto “Nosso Território, Nossos Direitos”, desenvolvido no Centro Integrado de Educação de Davinópolis (CIED), estrutura-se a partir de uma tríade que articula fundamentação teórica, rigor procedimental e ferramentas de intervenção social para assegurar a indissociabilidade entre o saber científico e a prática cidadã. A proposta ancora-se nos pressupostos da Educação em Direitos Humanos (EDH) sob a categoria de território educador, abordagem que reconhece a comunidade e o espaço urbano como repositórios de saberes fundamentais. Nesse sentido, o embasamento teórico foca na constituição de sujeitos críticos e participativos, compreendendo a educação como uma práxis de transformação social orientada ao enfrentamento de vulnerabilidades e desigualdades, em estrita consonância com marcos regulatórios nacionais e internacionais.

O método adotado configura-se como um fluxo lógico e progressivo, subdividido em três etapas sequenciais que permitem a transição da reflexão abstrata para a ação concreta. Inicialmente, a fase de Sensibilização e Reflexão utiliza o diálogo para emergir percepções sobre dignidade humana; segue-se o Diagnóstico e Análise Territorial, no

qual os alunos realizam a análise empírica das potencialidades e fragilidades socioambientais do entorno local. O percurso culmina na etapa de Intervenção, que representa a síntese do processo ao transmutar o conhecimento acumulado em ações práticas no ecossistema escolar, visando à consolidação de uma cultura de direitos e ao fortalecimento dos vínculos comunitários.

A execução do projeto é viabilizada por instrumentos técnicos específicos, como as Rodas de Conversa, que atuam como ferramenta qualitativa de escuta para a coleta de relatos sobre vivências cotidianas, e o Mapeamento Coletivo (Cartografia Social), que permite a espacialização de fenômenos sociais e pontos de atenção crítica na comunidade. Complementarmente, as Campanhas Educativas caracterizam-se como o principal vetor de difusão do conhecimento, utilizando recursos multimodais para sensibilizar a população sobre preservação ambiental e combate à discriminação. Essa organização metodológica permite que o CIED atue como agente de mudança, capacitando os estudantes a reconhecerem seu território como espaço de aprendizagem e a atuarem na construção de uma sociedade mais equânime.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta permitiu relacionar conteúdos escolares à realidade vivida pelos estudantes, favorecendo maior participação e interesse nas atividades. O mapeamento comunitário possibilitou que os alunos reconhecessem problemas locais e refletissem sobre formas de enfrentamento coletivo.

As rodas de conversa ampliaram o entendimento sobre direitos humanos, superando visões limitadas e aproximando o tema das experiências cotidianas. Já a campanha educativa fortaleceu o protagonismo estudantil, incentivando atitudes de respeito, solidariedade e responsabilidade social.

Percebe-se que ações pedagógicas contextualizadas fortalecem vínculos entre escola e comunidade, contribuindo para uma educação transformadora e socialmente comprometida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Educação em Direitos Humanos, articulada ao território educador, constitui importante estratégia para promover aprendizagem significativa e formação cidadã. A experiência proposta no CIED evidencia que a escola pode atuar como espaço de transformação social ao dialogar com os desafios e potencialidades da comunidade.

Ao estimular a participação estudantil e o olhar crítico sobre a realidade local, a proposta contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de Abril de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2007.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.

DANNER, Fernando; SECCO, Márcio. **Educação em direitos humanos na Amazônia: como a dignidade humana se constrói na diversidade da Amazônia?** Porto Velho: UNIR, 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 de Abril de 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira. **Educação em direitos humanos na Amazônia: que educação em direitos humanos queremos para a Amazônia?** Porto Velho: UNIR, 2026.